



PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBUÍA

Av. Bernardino de Andrade, 86
88.440-000 - IMBUÍA

Sec. Administração: Fone: (0478) 57-1103
Gabinete Prefeito: 57-1123

Santa Catarina

Parágrafo Segundo - A substituição poderá ser feita a qualquer tempo.

Parágrafo Terceiro - A nomeação e posse do primeiro conselho far-se-á pelo Prefeito Municipal, obedecida a origem das indicações.

Art. 11 - A função do membro do Conselho é considerada de interesse público relevante e não será remunerada.

Seção IV - Do prazo.

Art. 12 - Os membros da diretoria serão eleitos pelo Conselho, dentre seus membros, em reunião plenária e com quorum mínimo de 2/3, para um mandato de dois anos, facultada uma reeleição.

Parágrafo Único - A Diretoria compor-se-á de:

- um Presidente;
- um Secretário e
- um Tesoureiro.

CAPÍTULO III

DO FUNDO MUNICIPAL PARA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA

Seção I - Da criação e natureza do Fundo.

Art. 13 - Fica criado o Fundo Municipal para Infância e Adolescência, como captador e aplicador de recursos a serem utilizados segundo as deliberações do Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente, ao qual é órgão vinculado, priorizando-se os programas de proteção e sócio-educativos, para atendimento ao disposto no parágrafo segundo do artigo 260 da Lei Federal 8.069/90.

Seção II - Da formação do Fundo.

Art. 14 - Os recursos do Fundo serão constituídos de:

- I - doações de contribuintes do Imposto de Renda e outros

IMBUÍA, «PRINCESINHA DO ALTO VALE»



PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBUIA

Av. Bernardino de Andrade, 86
88.440-000 - IMBUIA

Sec. Administração: Fone: (0478) 57-1103
Gabinete Prefeito: 57-1123

Santa Catarina

incentivos governamentais;

II - dotação configurada anualmente na legislação orçamentária municipal no mínimo de 01% (um por cento) da receita efetivamente arrecadada;

III - doações, auxílios, contribuições, subvenções, transferências de entidades nacionais e internacionais, governamentais e não governamentais;

IV - produto das aplicações dos recursos disponíveis e vendas de materiais, publicações e eventos realizados;

V - receitas oriundas de multas aplicadas sobre infração que envolva a criança e o adolescente, respeitadas as competências das esferas governamentais e dos seus repasses ao município;

VI - receitas provenientes de convênios, acordos, contratos realizados entre o município e entidades governamentais ou não governamentais, que tenha destinação específica.

Seção III - Da competência do Fundo.

Art. 18 - Compete ao Fundo Municipal:

I - registrar os recursos orçamentários próprios do Município ou a ele transferidos em benefício das crianças e dos adolescentes pelo Estado ou pela União;

II - registrar os recursos captados pelo Município através de convênios, ou por doações ao Fundo;

III - manter o controle escritural das aplicações financeiras levadas a efeito no Município, nos termos das resoluções do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

IV - liberar os recursos a serem aplicados em benefício da criança e do adolescente, nos termos das resoluções do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

V - administrar os recursos específicos para os programas de atendimento dos direitos da criança e do adolescente, segundo as resoluções do Conselho Municipal dos

IMBUIA: «PRINCESINHA DO ALTO VALE»



PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBUIA

Av. Bernardino de Andrada, 88

88.440-000 - IMBUIA

Sec. Administração: Fone: (0478) 57-1103
Gabinete Prefeito: 57-1123

Santa Catarina

Direitos da Criança e do Adolescente;

VI - publicar, semestralmente, no periódico municipal de maior circulação, ou falta deste, em edital afixado no átrio da prefeitura, todas as resoluções do Conselho Municipal dos Direitos, com relação ao FIA (Fundo para a Infância e Adolescência).

CAPÍTULO IV

DOS CONSELHOS TUTELARES DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.

Seção I - Da criação e natureza dos Conselhos.

Art. 16 - Ficam criados 02 (dois) Conselhos Tutelares dos Direitos da Criança e do Adolescente, órgãos permanentes e autônomos, a serem instalados cronológica, funcional e geograficamente nos termos de resoluções a serem expedidas pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Seção II - Dos membros e da competência do Conselho.

Art. 17 - Cada Conselho Tutelar será composto de cinco membros com mandato de três anos, permitida uma recondução.

Art. 18 - Para cada conselheiro haverá um suplente;

Art. 19 - Compete aos Conselhos Tutelares zelar pelo atendimento dos direitos da criança e do adolescente, cumprindo as atribuições previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente.

Seção III - Da escolha dos Conselheiros.

Art. 20 - São requisitos para candidatar-se e exercer as funções de membro do Conselho Tutelar:

I - reconhecida idoneidade moral;

II - idade superior a 21 anos;

III - residir no Município;

IV - reconhecida experiência de, no mínimo, dois anos no

IMBUIA: PRINCESINHA DO ALTO VALE.



PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBUIA

Av. Bernardino do Andrade, 86
88.440-000 - IMBUIA

Sec. Administração: Fone: (0478) 57-1103
Gabinete Prefeito: 57-1123

Santa Catarina

trate com crianças ou adolescentes.

Art. 21 - Os Conselheiros serão escolhidos pelo voto facultativo dos cidadãos do Município, em processo de escolha regulamentado pelo Conselho Municipal dos Direitos e coordenado por comissão especialmente designada pelo mesmo conselho, para um período de 03 (três) anos.

Parágrafo Único - Caberá ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, composição de chapas, forma de registro, forma e prazo para impugnações, registro das candidaturas, proclamação e posse dos Conselheiros escolhidos.

Art. 22 - O processo de escolha dos membros dos Conselhos Tutelares será presidido pelo Conselho Municipal e fiscalizado por membro do Ministério Público.

Seção IV - Do exercício da função e da remuneração dos Conselheiros:

Art. 23 - O exercício efetivo da função de Conselheiro constituirá serviço relevante, estabelecerá presunção de idoneidade moral e assegurará prisão especial, em caso de crime, até julgamento definitivo.

Art. 24 - O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente poderá fixar remuneração ou gratificação aos membros do Conselho Tutelar, atendidos os critérios de conveniência e oportunidade e tendo por base o tempo dedicado à função e as peculiaridades locais.

Parágrafo Primeiro - A remuneração eventualmente fixada não gera relação de emprego com a Municipalidade, não podendo, em nenhuma hipótese e sob qualquer título ou pretexto, exceder à pertinente ao funcionalismo municipal de nível superior.

Parágrafo Segundo - Sendo eleito funcionário público municipal, ficará-lhe facultado, em caso de remuneração, optar pelos vencimentos e vantagens de seu cargo, vedada a acumulação de vencimentos.

IMBUIA: «PRINCESINHA DO ALTO VALE»



PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBUIA

Av. Bernardino de Andrade, 85
88.440-000 - IMBUIA

Sec. Administração: Fone: (0478) 57-1103
Gabinete Prefeito: 57-1123

Santa Catarina

- Art. 25 - O Poder Executivo fica autorizado a criar ou transformar cargos em comissão para atender o disposto neste artigo.
- Art. 26 - Perderá o mandato o conselheiro que for condenado a no mínimo 02 (dois) anos de prisão pela prática de crime, cuja sentença transite em julgado, ou, ainda, por decisão da metade mais um de seus pares.

TÍTULO III - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

- Art. 27 - No prazo máximo de 15 (quinze) dias da publicação desta Lei, por convocação do Chefe do Poder Executivo Municipal, os órgãos e organizações a que se refere o artigo 10 se reunirão para elaborar o Regimento Interno do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, ocasião em que elegerão seu primeiro Presidente.
- Art. 28 - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito suplementar para as despesas iniciais decorrentes do cumprimento desta Lei, no valor de Cr\$ 100.000.000,00 (cem milhões de cruzeiros).
- Art. 29 - Nos casos omissos na presente Lei aplicar-se-á, subsidiariamente, no que couber, a Lei Federal nº 8.069, de 20 de junho de 1990.
- Art. 30 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
- Art. 31 - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 28 de junho de 1993.


VITOR ALVES

Prefeito Municipal

Esta Lei foi registrada e publicada nos locais de costume, aos vinte e oito dias do mês de junho de 1993.


JOSÉ SCHLICKMANN

Secretário da Administração

Fazenda e Planejamento

IMBUIA: PRINCESINHA DO ALTO VALE